

NORMALIZAR PARA EDUCAR?**Higienismo, medicalização e o apagamento da subjetividade infantil*****NORMALIZE TO EDUCATE?******Hygiene, medicalization and the erasure of children's subjectivity***Andressa Lot Cavalari¹, Faculdade UMFG, andressalot0@gmail.comBianca Leticia França², Faculdade UMFG, biancaldf Franca@gmail.comCarla Eliza Rodrigues Machado³, Faculdade UMFG, carla.machado@umfg.edu.br

Resumo: O presente estudo discute o fenômeno da medicalização da infância, com foco na sua relação com o legado histórico do higienismo e seus impactos na saúde mental de crianças em idade escolar. A medicalização, entendida como a transformação de comportamentos comuns em diagnósticos clínicos, tem se intensificado no contexto educacional, promovendo a rotulação precoce e a exclusão subjetiva dos alunos. A partir de uma revisão narrativa da literatura, foram analisadas publicações nacionais e internacionais entre os anos de 2003 e 2021. Os resultados indicam que a escola, ao buscar normatizar comportamentos, colabora com a disseminação de diagnósticos apressados, frequentemente sustentados por estruturas precárias e pela sobrecarga docente. O estudo também evidencia o papel das famílias, que, muitas vezes sem alternativas, recorrem à medicação como solução imediata. Por outro lado, destaca-se a atuação de órgãos como o Ministério da Saúde e fóruns sociais na promoção de campanhas de conscientização sobre o uso racional de medicamentos. Por fim, nota-se que a Psicologia deve atuar de forma ética, ampliando a compreensão do sujeito em sua totalidade e promovendo práticas que favoreçam a escuta, a singularidade e a redução da medicalização precoce..

Palavras-chave: higienismo; medicalização infantil; fracasso escolar; patologização.

Abstract: This study discusses the phenomenon of the medicalization of childhood, focusing on its relationship with the historical legacy of hygienism and its impacts on the mental health of school-age children. Medicalization, understood as the transformation of common behaviors into clinical diagnoses, has intensified in the educational context, promoting early labeling and subjective exclusion of students. Based on a narrative review of the literature, national and international publications between 2003 and 2021 were analyzed. The results indicate that schools, by seeking to standardize behaviors, contribute to the dissemination of hasty diagnoses, often supported by precarious structures and teacher overload. The study also highlights the role of families, who, often without alternatives, resort to medication as an immediate solution. On the other hand, the role of agencies such as the Ministry of Health and social forums in promoting awareness campaigns on the rational use of medications stands out. Finally, it is noted that Psychology must act ethically, expanding the understanding of the subject in its entirety and promoting practices that favor listening, uniqueness and the reduction of early medicalization.

Keywords: hygienism; childhood medicalization; school failure; pathologization.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se um aumento significativo de diagnósticos precipitados,

¹ Discente do curso de Psicologia da Faculdade UMFG

² Discente do curso de Psicologia da Faculdade UMFG

³ Especialista em Fundamentos da Psicanálise pela UNIFIL e em Neuroaprendizagem pela UNICESUMAR. Docente do curso de Psicologia da Faculdade UMFG.

especialmente em crianças no contexto escolar. Esse fenômeno tem sido acompanhado por um processo de medicalização precoce, no qual comportamentos típicos da infância são frequentemente interpretados como problemas clínicos. Tal abordagem desconsidera fatores sociais, emocionais e pedagógicos, priorizando a adaptação da criança ao ambiente escolar em detrimento da compreensão de sua subjetividade. Como consequência, há uma tendência à rotulação e ao apagamento da singularidade da infância (Brzozowski; Caponi, 2013; Luengo, 2010; Maciel, 2013).

Apesar da Medicalização ser um tema abordado hoje, ela é herança de uma sociedade que foi construída em torno do controle e do higienismo, além de refletir a construção escolar usada para a padronização do comportamento e a exclusão social (Gadotti, 2003; Luengo, 2010).

A partir do exposto, este estudo busca analisar como a Medicalização tem sido utilizada como mecanismo de normalização da escola, relacionando-a ao legado histórico do higienismo e as consequências desse processo para a saúde mental das crianças.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão narrativa da literatura, conforme definida por Rother (2007), que consiste na análise de publicações acadêmicas com o objetivo de discutir um tema sob um ponto de vista teórico e contextual. A escolha dessa abordagem se justifica pela intenção de compreender os impactos da medicalização infantil à luz de sua construção histórica, social e psicopatológica.

Inicialmente, o tema foi explorado em um trabalho avaliativo da disciplina de Psicopatologia do curso de Psicologia da Faculdade UMFG, cujo foco foi “A Medicalização da Vida: Reflexões sobre os Impactos na Saúde Mental”. Essa atividade acadêmica serviu de base para a ampliação da discussão e aprofundamento da temática, originando o presente estudo.

Na sequência, foram realizadas pesquisas aprofundadas com base em artigos e livros disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO, além de documentos institucionais do Ministério da Saúde, no intuito de embasar teoricamente as reflexões propostas. A busca ocorreu entre março e maio de 2025, utilizando os seguintes descritores: “medicalização da infância”, “higienismo social”, “patologização da infância”, “subjetividade infantil” e “saúde mental escolar”, bem como suas respectivas traduções e variações. Foram incluídas publicações em português e inglês, entre os anos de 2003 a 2021, nos quais foram lidos e analisados na íntegra.

3 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Ao abordarmos o tema do higienismo, embora pareça tratar-se de uma discussão superada, é possível identificar uma herança ainda presente e socialmente estruturada, que se manifesta como forma de controle social, especialmente no ambiente escolar (Gadotti, 2003; Luengo, 2010).

Na obra *A Vigilância Punitiva* (2010), Luengo afirma que o pensamento higienista surgiu com o objetivo de disciplinar as famílias brasileiras por meio de sua reestruturação, utilizando o campo médico como instrumento para transformar os espaços sociais e impor normas baseadas no status social, na saúde física e na formação moral. O intuito era formar cidadãos individualistas e domesticados, que contribuíssem para o progresso da sociedade tendo como principal ferramenta o ambiente escolar.

De acordo com Gadotti (2003), essas ações de controle social, mediadas pela escola, têm origem na educação promovida pela escola jesuítica. Nessa perspectiva, o ensino era voltado para as elites, marcado por práticas preconceituosas e pela valorização da competição entre os indivíduos. O método pedagógico baseava-se na repetição, na punição tanto verbal quanto física, diante dos

fracassos escolares, e na premiação daqueles que se destacavam.

É possível notar os reflexos dessa educação nas primeiras décadas do século XX, onde ainda havia grande influência do higienismo e do eugenismo na escola, sendo usados métodos e testes para separar os alunos a partir de aspectos físicos e mentais, colaborando com a separação de classes e com rótulos, com o pretexto de facilitar na aprendizagem (Arantes, 2016). Atualmente, não há testes para separação de crianças, mas, ainda, há um ambiente escolar que busca impor autoridade em seus indivíduos, a partir de aspectos como a violência simbólica, uma vez que o ambiente escolar tende a reproduzir aspectos culturais e sociais, partindo do poder arbitrário, e quando esse indivíduo não alcança o que se espera, é taxado como um fracasso escolar (Gadotti, 2003).

Tendo isso em vista, embora atualmente não se adotem mais punições rígidas ou físicas, nem a testagem explícita das capacidades das crianças, observa-se uma nova forma de punição direcionada àquelas consideradas desviantes: a patologização e a medicalização (Luengo, 2010). Segundo Beltrame *et al.* (2019), o fracasso escolar passou a ser justificado, em grande parte, por meio de diagnósticos de transtornos psicológicos e laudos clínicos, o que contribui para a rotulação das crianças.

Essa transformação de dificuldades escolares em transtornos é uma marca do processo de medicalização, que trata experiências humanas comuns como questões de autonomia médica (Brzozowski; Caponi, 2013). Esse processo atende às expectativas da escola e da família, na medida em que a criança passa a se comportar de forma socialmente esperada. No entanto, também contribui para a exclusão e a negligência dessas crianças, ao desconsiderar aspectos fundamentais como as múltiplas formas de aprendizagem. Isso silencia o sujeito, afeta sua autoestima e o culpabilizando por um fracasso que, muitas vezes, é sistêmico evidenciando as marcas de um processo histórico individualista e higienista presente nas instituições escolares (Luengo, 2010; Maciel, 2013).

Vale ressaltar também a precariedade da estrutura de muitas escolas e a sobrecarga enfrentada por professores mediante a alta demanda, que acabam por considerar como saída a problematização de alunos com comportamentos desviantes. Nesses casos, a medicalização surge como solução prática, para obter uma conduta mais comportada e padronizada. No entanto, esse processo, pode resultar em consequências, não só no contexto escolar, mas também nas esferas familiar e social, afetando o desenvolvimento da criança e refletindo, de forma passiva, em sua trajetória até a vida adulta (Beltrame *et al.*, 2019; Alves *et al.*, 2021; Luengo, 2010).

É possível apontar a medicalização como uma solução rápida e fácil, especialmente em uma sociedade que exige comprometimento com os deveres. Muitos pais de crianças com algum desvio de comportamento, muitas vezes, não têm condições de oferecer um tratamento não medicamentoso ou que não se baseie apenas em medicamentos e, por isso, optam pela medicalização. Em alguns casos, mães de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento tendem a não ser completamente favoráveis ao uso de medicamentos psicotrópicos, mas diante da ordem médica, o fazem. A escola mais uma vez exerce influência nesse processo, pois pressiona os pais para que as avaliações e acompanhamento médico sejam feitos, o que não é de todo erro, mas uma equipe multidisciplinar pode ter maior potencial para fazer com que esses indivíduos se desenvolvam de forma mais adequada a sociedade (Brzozowski; Caponi, 2013).

Além disso, segundo Maciel (2013), a patologização de comportamentos naturais, aliada ao uso excessivo e exclusivo de tratamentos medicamentosos, pode resultar em uma dependência prolongada de fármacos. O paciente, nesse contexto, tende a depender de medicamentos controlados, muitas vezes de alto custo por um período indeterminado de sua vida. A indústria farmacêutica, por sua vez, se beneficia economicamente desse cenário, sem maiores preocupações com as consequências sociais e individuais. Além disso, esse processo colabora com a imagem estereotipada, quase generalizada de que a satisfação em uma consulta médica só pode ser

alcançada caso seja receitado o uso de medicamentos por parte do médico (Maciel, 2013; Ribeiro, 2007).

Por conseguinte, vale destacar que o Ministério da Saúde (2019), em conjunto com outros órgãos sociais e da área da saúde, tem buscado conscientizar a população sobre os efeitos da medicalização, especialmente quando aplicada de forma precipitada e sem a devida avaliação. Entre as ações promovidas, estão campanhas informativas e educativas, como as Campanhas de Conscientização sobre Saúde Mental, de Combate à Automedicação e de Uso Racional de Medicamentos e Medicalização da Vida. Essas iniciativas têm como objetivo ressaltar a importância da autonomia dos indivíduos e alertar para as consequências do uso excessivo de medicamentos. Além disso, organizações como o Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos e estratégias como o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade atuam na disseminação de informações sobre os conceitos de medicalização e medicação, bem como sobre seus impactos, tanto positivos quanto negativos na vida dos sujeitos (Alves *et al.*, 2021; Brasil, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da atuação dos órgãos sociais e da saúde, é fundamental que a Psicologia também se posicione de forma crítica diante do processo de medicalização da vida. Cabe à profissão defender uma compreensão ampliada do sujeito, que vá além da padronização comportamental, reconhecendo sua integralidade e subjetividade, ambas construídas a partir das influências familiares, políticas e culturais (Souto; Toso, 2020).

Dessa forma, é responsabilidade da Psicologia atuar de maneira ética e cuidadosa, evitando laudos precipitados e a consequente patologização e rotulação de sujeitos. É necessário romper com a lógica estritamente biomédica e adotar uma perspectiva que considere o indivíduo em sua complexidade, promovendo uma escuta terapêutica qualificada e favorecendo a responsabilização coletiva e não apenas individual diante das dificuldades. Essa abordagem é especialmente relevante quando se trata da subjetividade infantil, contribuindo para a redução dos índices de medicalização precoce (Souto; Toso, 2020).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fulvia Cristina do Carmo; BRANDAO, Marileny Boechat Frauches; BACELAR JUNIOR, Arilton Januário. **A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa.** Mental, Barbacena, v. 13, n. 24, p. 1-25, dez. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272021000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25 maio 2025.
- ARANTES, Adlene Silva. **Discursos sobre eugenia, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1818-1938).** A história da educação dos negros no Brasil. Niterói: EdUFF, p. 363-394, 2016.
- BELTRAME, R. L.; GESSER, M.; SOUZA, S. V. DE. **Diálogos sobre Medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura.** Psicologia em Estudo, v. 24, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42566>. Acesso em 25 de maio de 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos. **Uso de medicamentos e Medicalização da vida: recomendações e estratégias.** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrjeVvIVkdoDwIAsIzz6Qt.;_ylu=Y29sbwNncTEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1750715337/RO=10/RU=https%3a%2f%2fbvsmms.saude.gov.br%2fbvs%2fpublicacoes%2fmedicamentos_medicalizacao_recomendacoes_estrategia_1ed.pdf/RK=2/R S=1IvB9iiGKWT1JJJDWJfXYOi4Ia8-. Acesso em 25 de maio de 2025.

GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LUENGO, Fabiola Colombani. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância.** 2010.

MACIEL, Ana Paula Pessoa. **Utilização dos psicofármacos em crianças nos centros de apoio psicossocial infanto juvenil de Fortaleza.** 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8164>. Acesso em 25 de maio de 2025.

RIBEIRO, M. S. **Ferramentas para descomplicar a atenção básica em saúde mental.** UFJF, 2007. 296 p.

TOSO, Rodrigo Antônio; SOUTO, Lilian Meira. **A Psicologia frente à patologização e medicalização da vida.** Psicopatologia crítica: perspectivas do sofrimento existencial, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em <https://koan.emnuvens.com.br/psicopato/article/view/45>. Acesso em 25 de maio de 2025.